

Ministério do Trabalho e Emprego

SECRETARIA DE QUALIFICAÇÃO, EMPREGO E RENDA

PORTARIA CONJUNTA INSS/MTE Nº 1.088, DE 20 DE AGOSTO DE 2025

Autoriza o compartilhamento de dados do Sistema Nacional de Emprego - Sine, sob gestão do Ministério do Trabalho e Emprego, e do Portal de Atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social, para fins do fortalecimento das políticas de inclusão de beneficiários reabilitados e pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL e o SECRETÁRIO DE QUALIFICAÇÃO, EMPREGO E RENDA DO MINISTÉRIO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso das atribuições que lhes conferem, respectivamente, o Decreto nº 10.995, de 14 de março de 2022, o art. 29, inciso III, do Decreto nº 11.779, de 13 de novembro de 2023, e a Portaria MTE nº 1.114, de 13 de abril de 2023, em tendo em vista o disposto no Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019, resolvem:

DISPOSIÇÕES preliminares

Art. 1º Autorizar o compartilhamento de dados do Sistema Nacional de Emprego - Sine, sob gestão do Ministério do Trabalho e Emprego, e do Portal de Atendimento - PAT, sob gestão do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, com a finalidade de fortalecer a política de inclusão de beneficiários reabilitados e pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

§ 1º O compartilhamento será realizado por meio de Termo de Compartilhamento de Dados, conforme Anexo I, e terá vigência por tempo indeterminado.

§ 2º O compartilhamento de dados pessoais será realizado mediante o consentimento livre, informado e inequívoco dos titulares dos dados, em conformidade com o artigo 7º, I, da LGPD.

§ 3º O compartilhamento de dados pessoais será limitado ao mínimo necessário para o fortalecimento das políticas públicas de inclusão de beneficiários reabilitados e pessoas com deficiência (PcD) no mercado de trabalho, em conformidade com o art. 6º, III, da LGPD.

§ 4º O compartilhamento de dados pessoais será limitado ao mínimo necessário para o cumprimento da finalidade específica, conforme o art. 6º, III, da LGPD.

§ 5º Para os efeitos do disposto no caput, os dados compartilhados serão utilizados para os seguintes objetivos:

I - promover e ampliar as estratégias e ações de acolhimento, avaliação, reabilitação, inserção, reinserção laboral e participação social plena;

II - melhorar a efetividade do processo de reabilitação profissional pela identificação da demanda do mercado de trabalho; e

III - garantir a inclusão das pessoas com deficiência e reabilitados nas políticas de emprego e renda.

Art. 2º As operações de compartilhamento de dados serão realizadas conforme o Termo de Compartilhamento de Dados disposto no Anexo I, a ser elaborado conjuntamente pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pelo INSS, que contemplará os elementos a seguir:

I - as etapas e ações necessárias para:

a) transferência de dados dos beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência habilitadas; e

b) compartilhamento de acesso aos dados do Sine;

III - os mecanismos de controle e responsabilização pelo acesso aos dados;

IV - os instrumentos a serem utilizados para fins de responsabilização pelo dano em caso de eventual vazamento ou acesso indevido aos dados; e

V - a definição do modo e dos dados a serem compartilhados.

§ 1º O consumo das informações seguirá os critérios de proteção dos dados pessoais previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com a adoção de medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

§ 2º A utilização dos dados compartilhados será exclusivamente para o atendimento das finalidades e propósitos descritos no art. 1º e no cumprimento das atribuições legais e constitucionais do Ministério do Trabalho e Emprego e do INSS.

§ 3º Os titulares dos dados serão informados de forma clara, precisa e facilmente acessível sobre o compartilhamento de seus dados pessoais, em conformidade com o art. 6º, VI, da LGPD.

§ 4º Serão implementadas medidas de segurança técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão, em conformidade com o art. 46º da LGPD.

CAPÍTULO II

DO COMPARTILHAMENTO DOS DADOS PESSOAIS DOS REABILITADOS PELO INSS E DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA HABILITADAS

Art. 3º O fornecimento, pelo INSS, das informações pessoais e sensíveis dos reabilitados e das pessoas com deficiência será feito em observância aos princípios e procedimentos previstos nos art. 6º a art. 8º da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, mediante assinatura de Termo de Consentimento de Envio de Dados pelo reabilitado ou pela pessoa com deficiência habilitada.

Parágrafo único. O Termo de Consentimento de Envio de Dados, cujo modelo consta do Anexo II, será registrado e arquivado em requerimento no sistema do INSS, no qual também serão preenchidos os dados necessários do interessado para o envio ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Art. 4º Os dados compartilhados e autorizados pelo interessado serão consolidados e enviados ao Ministério do Trabalho e Emprego, para fins de candidatura às vagas de emprego.

§ 1º Os dados que serão inseridos no Sine, e que se tornarão visíveis às empresas interessadas, serão somente aqueles essenciais e suficientes para que se conclua o devido cadastro naquele sistema.

§ 2º O agente público que tiver acesso aos dados brutos observará e guardará o sigilo de que se revestem as informações disponibilizadas, observados os critérios técnicos e de segurança para o acesso aos dados, conforme disposto no art. 3º do Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019.

CAPÍTULO III

DO COMPARTILHAMENTO DOS DADOS DE VAGAS DE EMPREGO

Art. 5º O acesso aos dados de vagas de emprego se dará por meio de credenciamento dos servidores do INSS que compõem as equipes do Serviço de Reabilitação Profissional e Serviço Social, no Sine.

Parágrafo único. As credenciais devem permitir acesso às informações de distribuição da oferta de vagas, tais como especificidades, quantidades e natureza, e à demanda regionalizada de vagas de emprego para o cumprimento da reserva de vagas prevista no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

CAPÍTULO IV

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 6º O tratamento dos dados pessoais para qualquer outra finalidade diferente das previstas nesta Portaria sujeitará o responsável às penalidades previstas na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e em demais normas de responsabilização do agente público aplicáveis.

Parágrafo único. O tratamento de dados pessoais de que trata esta Portaria deve se limitar ao mínimo necessário para a realização das finalidades previstas, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º Os casos omissos ou as dúvidas suscitadas em razão da aplicação desta Portaria serão dirimidos conjuntamente pelas unidades do Ministério do Trabalho e Emprego e do INSS, indicadas no Termo de Compartilhamento de Dados disposto no Anexo I, que poderão, expedir atos ou documentos, de forma a disciplinar os procedimentos necessários.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO WALLER JÚNIOR
Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social

MAGNO ROGÉRIO DE CARVALHO LAVIGNE
Secretário de Qualificação, Emprego e Renda

ANEXO I

TERMO DE COMPARTILHAMENTO DE DADOS
TERMO COMPARTILHAMENTO DE DADOS QUE CELEBRAM O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS E O MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE, COM O OBJETIVO DE COMPARTILHAMENTO DADOS DO PORTAL DE DE ATENDIMENTO - PAT/INSS E DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO - SINE/MTE, PARA FINS DO FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS DE (RE)INSERÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS REABILITADOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO.

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, doravante denominado INSS, CNPJ nº 29.979.036/0001-40, com sede no Setor de Autarquias Sul, Quadra 2, Bloco "O", 8º andar, Brasília/DF, neste ato representado por seu Presidente, GILBERTO WALLER JÚNIOR, e o MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, doravante denominado MTE, CNPJ nº 03.453.645/0001-59, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "F", Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, neste ato representado por seu Secretário de Qualificação, Emprego e Renda, MAGNO ROGÉRIO DE CARVALHO LAVIGNE, resolvem celebrar o presente Termo de Compartilhamento de Dados - TCD, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições,

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo tem por objeto o compartilhamento de dados entre o INSS e o Ministério do Trabalho e Emprego, com vistas a fortalecer a política de (re)inserção no mercado de trabalho de beneficiários reabilitados e Pessoas com Deficiência - PcD, por meio da integração dos sistemas Portal de Atendimento - PAT/INSS e Sistema Nacional de Emprego - Sine/MTE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRODUTOS

Os seguintes produtos serão entregues:

I - formação de banco de dados nacional, georreferenciado de:

a) beneficiários reabilitados e PcD aptos à (re)inserção no mercado de trabalho; e
b) demanda e oferta de vagas de contratação, prevista no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

II - (re)inserção de reabilitados e nas políticas de emprego e renda por meio de cadastro Sine;

III - melhorar a efetividade do processo de reabilitação profissional pela identificação e encaminhamento da demanda do mercado de trabalho; e

IV - promover e ampliar as estratégias e ações de acolhimento, avaliação, reabilitação, inserção, reinserção laboral e colaborar para a participação social plena da PcD.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

§ 1º São obrigações do INSS:

I - identificar beneficiários reabilitados e PcD que manifestem interesse em participar das políticas de emprego e renda;

II - inserir os dados desses interessados no sistema corporativo, mediante termo de consentimento, observada a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados;

III - fornecer relatórios consolidados semestrais ao Ministério do Trabalho e Emprego para monitoramento das atividades; e

IV - disponibilizar profissionais para participação em eventos de capacitação e divulgação.

§ 2º São obrigações do Ministério do Trabalho e Emprego:

I - disponibilizar confirmação de cadastro aos interessados e consolidar dados de formações e contratações;

II - promover capacitações para servidores do INSS e eventos de sensibilização junto às empresas para cadastro de vagas; e

III - fornecer relatórios estatísticos anuais ao INSS.

CLÁUSULA QUARTA - DAS METAS

Se pretende atingir 100% (cem por cento) de compartilhamento de dados dos:

I - segurados inseridos no Programa de Reabilitação Profissional que assinar o termo de consentimento, conforme disposto no Anexo I; e

II - requerentes e beneficiários do Benefício de Prestação Continuada - BPC que assinarem o termo de consentimento, conforme disposto no Anexo I, desde que fundamentais para a (re)inserção no mercado de trabalho.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RESULTADOS ESPERADOS

Por meio da ação conjunta do INSS e Ministério do Trabalho e Emprego, garantir o incremento de 15% (quinze por cento) ao ano, no encaminhamento e ocupação de vagas aos segurados em reabilitação profissional e PcD requerentes ou beneficiários do BPC.

CLÁUSULA SEXTA - DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO

As etapas de execução para implementação do compartilhamento de dados são:

I - sob responsabilidade dos participantes:

a) disponibilizar listagem dos servidores de referência dos participantes para execução das etapas centralizadas, em até 60 (sessenta) dias após a publicação do ato normativo conjunto e sempre que houver alteração;

b) divulgar e promover capacitação aos servidores dos participantes envolvidos nos fluxos de trabalho, em até 60 (sessenta) dias após a publicação do ato normativo conjunto; e

c) elaborar relatórios de gestão com os resultados alcançados, com periodicidade anual;

II - sob responsabilidade do INSS:

a) elaborar tarefa no sistema corporativo do INSS para o preenchimento das informações necessárias para o Sine, INSS, em até 60 (sessenta) dias após a publicação do ato normativo conjunto;

b) efetuar o compartilhamento de dados dos reabilitados e PcD que consentiram com o cadastro Sine, com periodicidade semestral;

II - sob responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego:

a) providenciar o acesso dos servidores do INSS dos Serviços Social e de Reabilitação Profissional no Sine, em até 60 (sessenta) dias após a publicação do ato normativo conjunto; e

b) efetuar o compartilhamento de dados das vagas ofertadas para cumprimento da reserva de vagas prevista em lei, em até 60 (sessenta) dias, com periodicidade semestral.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

Os procedimentos operacionais para a execução do presente Termo por parte do MTE e do INSS são apresentados abaixo:

§ 1º Os procedimentos operacionais do INSS para a inserção de dados dos interessados na tarefa "Cadastro Sine" serão executados seguindo as seguintes orientações:

I - os Analistas do Seguro Social e Assistentes Sociais atuantes no Serviço Social podem identificar, em suas rotinas de atendimento, principalmente, a avaliação social e a socialização de informações de pessoas:

a) com deficiência elegíveis ao objeto desta Portaria; e

b) que manifestem interesse em participar das políticas de emprego e renda;

II - a definição do fluxo de atendimento das PcD atendidas pelo Serviço Social nesta TCD estará a cargo da Divisão de Serviço Social da Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão - Dirben, vinculada ao INSS;

III - os profissionais de referência do Serviço de Reabilitação Profissional devem identificar, em suas rotinas de atendimento ao reabilitando, aqueles que se manifestem favoráveis em participar das políticas de emprego e renda, após o recebimento do certificado de reabilitação profissional na conclusão do processo; e

IV - identificados os interessados, o servidor responsável deve criar a subtarefa "Cadastro Sine" no PAT e preencher todos os dados necessários nos campos adicionais, em seguida, deve anexar na tarefa recém-criada o "termo de consentimento" de envio de dados, em observância a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - LGPD.

§ 2º Utilizando o acesso Sine, concedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, os servidores atuantes nos Serviços Social e na Reabilitação Profissional podem consultar a oferta de vagas de emprego na região, para direcionar suas demandas, principalmente quanto à profissionalização, e encaminhamentos para a reserva legal de cotas dos reabilitados e PcD.

§ 3º À Coordenação-Geral de Serviços Previdenciários e Assistenciais da Dirben, vinculada ao INSS, cabe adotar os seguintes procedimentos operacionais:

I - proceder à pesquisa e consolidação dos dados das tarefas "Cadastro Sine" para monitoramento, avaliação e aperfeiçoamento deste TCD; e

II - sempre que necessário, consolidar os dados estatísticos referentes às informações enviadas para análise e elaboração de relatório.

§ 4º Os procedimentos operacionais do Ministério do Trabalho e Emprego devem incluir:



I - providenciar que seja enviado e-mail de confirmação ao interessado que teve seu cadastro realizado com sucesso;

II - semestralmente, consolidar os dados sobre formações e contratações, por meio do Sine, dos interessados cadastrados por meio do fluxo previsto neste TCD e disponibilizá-los ao INSS; e

III - anualmente, consolidar os dados estatísticos referentes às informações recebidas para análise e elaboração de relatório.

§ 5º Os procedimentos operacionais conjuntos, INSS e Ministério do Trabalho e Emprego, devem incluir:

I - promover eventos:

a) internos de divulgação, sensibilização e capacitação dos servidores envolvidos na operação e gestão deste TCD; e

b) de divulgação e incentivo de participação aos PcD e reabilitandos com potencial de adesão ao projeto, e eventos externos de divulgação e sensibilização às empresas e instituições que possam ofertar e cadastrar suas vagas no Sine; e

II - anualmente, analisar os dados consolidados para eventuais ajustes e melhorias do projeto.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Este TCD não se caracteriza como prestação de serviços ou transferência de recursos orçamentários, motivo pelo qual não se consigna dotação orçamentária. As despesas necessárias à plena consecução do objeto previsto nesta Portaria, tais como pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta das dotações orçamentárias específicas de cada parte.

CLÁUSULA NONA - DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

§ 1º A execução das etapas previstas neste Termo terá início a partir da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União.

§ 2º A vigência deste TCD se inicia na data da publicação no Diário Oficial da União e terá duração por tempo indeterminado.

CLÁUSULA DÉCIMA - MECANISMOS DE CONTROLE PARA O ACESSO DOS DADOS

§ 1º Os mecanismos de controle e responsabilização pelos acessos aos dados e os instrumentos para avaliação e mitigação dos riscos quanto ao vazamento ou acesso indevido aos dados serão abordados no Relatório de Impacto à Privacidade de Dados - RIPD, demanda cadastrada junto a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev (DM 205117).

§ 2º O RIPD será elaborado concomitante à tramitação do presente Termo.

GILBERTO WALLER JÚNIOR

MAGNO ROGÉRIO DE CARVALHO LAVIGNE

ANEXO II

TERMO DE CONSENTIMENTO DE ENVIO DE DADOS

Eu, _____, CPF nº _____, em

observância à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e demais normativas aplicáveis sobre proteção de dados pessoais, autorizo o Instituto Nacional de Seguro Social, de modo informado, livre, expresso e consciente, a realizar o envio dos meus dados de identificação, perfil socioprofissional, meios de contato, escolaridade, cursos realizados e experiência profissional, ao Relatório de Impacto à Privacidade de Dados - RIPD, demanda cadastrada junto a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev (DM 205117).

_____, de ____/____/20____.

MAGNO LAVIGNE

Secretário de Qualificação, Emprego e Renda

GILBERTO WALLER JUNIOR

Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

PORTARIA SRT/MTE Nº 1.430, DE 26 DE AGOSTO DE 2025

Aprova o regulamento das Etapas Estaduais/Distrital da II Conferência Nacional do Trabalho (doravante II CNT).

O COORDENADOR DA COMISSÃO ORGANIZADORA NACIONAL DA II CONFERÊNCIA NACIONAL DO TRABALHO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º da Portaria MTE Nº 1110, de 30 de junho de 2025 e tendo em vista o disposto no Processo nº 19964.203259/2025-15, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento das Etapas Estaduais/Distrital da II Conferência Nacional do Trabalho - II CNT, na forma dos Anexos I, II e III desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS PERIOTO

ANEXO I

II CONFERÊNCIA NACIONAL DO TRABALHO - II CNT

REGULAMENTO DAS ETAPAS ESTADUAIS/DISTRITAL

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º Este regulamento tem por finalidade definir as regras de funcionamento das Etapas Estaduais/Distrital da II Conferência Nacional do Trabalho (doravante II CNT), convocada pela Portaria nº 1.110, de 30 de junho de 2025, conforme disposto no inciso VI do art. 12 da Portaria nº 1.225, de 21 de julho de 2025 que aprova o Regimento Interno da II CNT, cujos objetivos estão descritos nos arts. 5º e 6º do referido Regimento.

CAPÍTULO II

DO TEMÁRIO

Art. 2º A II CNT terá os seguintes eixos temáticos, definidos no art. 7º do Regimento Interno da II CNT:

I - Transformações do mundo do trabalho diante das transições tecnológica, digital, ecológica/ambiental e demográfica; e

II - Políticas públicas para a promoção do emprego e trabalho decente e da transição justa.

Art. 3º Serão subtemas da II CNT, conforme disposto no art. 8º do Regimento Interno da II CNT:

I - Relações do trabalho, negociação coletiva e segurança jurídica;

II - Mercado e futuro do trabalho: intermediação, qualificação profissional e competências;

III - Políticas públicas de emprego, trabalho e renda e os fundos que as financiam: articulação, coordenação, informação e monitoramento; e

IV - Proteção e inclusão produtiva: emprego, desemprego, empregabilidade, novas formas de trabalho e inovações tecnológicas.

CAPÍTULO III

DA REALIZAÇÃO E PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

Art. 4º As Etapas Estaduais/Distrital serão realizadas nas datas estipuladas pela Comissão Organizadora Nacional (doravante CON) conforme Anexo II deste regulamento.

Parágrafo único. A CON, por deliberação dos coordenadores das bancadas de governo, trabalhadores e empregadores, poderá, justificadamente, alterar as datas previstas para a realização das Etapas Estaduais/Distrital, comunicando previamente as alterações às instâncias envolvidas.

Art. 5º As Etapas Estaduais/Distrital serão coordenadas pela Superintendência Regional do Trabalho e presidida pelo Superintendente Regional do Trabalho ou, na sua ausência e impedimentos, por seu substituto legal.

Parágrafo único. Com o alinhamento entre os Superintendentes Regionais do Trabalho e os Secretários Estaduais/Distrital do Trabalho ou congêneres, estes últimos poderão presidir as Conferências.

Art. 6º As Etapas Estaduais/Distrital terão a seguinte programação:

I - Credenciamento;

II - Solenidade de abertura;

III - Apresentação do Regulamento;

IV - Apresentação dos objetivos, do temário e do documento-base da Conferência;

V - Orientações para a realização dos trabalhos em grupo;

VI - Trabalhos nos grupos temáticos;

VII - Plenária Final; e

VIII - Encerramento.

CAPÍTULO IV

DOS PARTICIPANTES

Art. 7º Participam das Etapas Estaduais/Distrital:

I - Representantes das entidades sindicais de trabalhadores e empregadores com registro ativo no CNES, com sede ou representação no estado com direito a voz e, se indicado, com direito a voto (vide art. 13 deste Regulamento);

II - Representação dos governos federal, estadual e municipal;

III - Delegados-natos com direito a voz e voto, nos termos do § 1º do art. 19 do Regimento Interno;

IV - Membros titulares e suplentes da CON com direito a voz e sem direito a voto;

V - Convidados (as) com direito a voz e sem direito a voto; e

VI - Observadores (as) sem direito a voz e voto.

§ 1º As bancadas de governo, de empregadores e de trabalhadores, poderão acordar no âmbito das Comissões Organizadoras Estaduais/Distrital (doravante COE) o quantitativo de participantes de suas representações, respeitado o tripartismo e a paridade.

§ 2º São convidados às Etapas Estaduais/Distrital, por deliberação consensuada pela COE, personalidades, representantes do poder público, instituições nacionais e internacionais, com atuação de relevância nos assuntos constantes do temário e subtemas da II CNT.

§ 3º São observadores (as) aqueles (as) que tiverem as suas inscrições deferidas pela COE.

CAPÍTULO V

DA METODOLOGIA

Art. 8º As COE serão responsáveis pelo convite às organizações de trabalhadores e empregadores, assim como as representações de governo (federal, estadual e municipal) para participarem das respectivas Etapas Estaduais/Distrital.

§ 1º Recomenda-se que o convite às representações de governos municipais, de discricionariedade das COE, seja restrito às Secretarias do Trabalho ou congêneres das prefeituras das capitais e dos municípios com mais de 200 mil habitantes.

§ 2º As representações das organizações de trabalhadores e empregadores, assim como as representações de governo, deverão efetuar a inscrição prévia para participar da etapa estadual/distrital no formato e no prazo definido pela COE.

§ 3º As COE deverão providenciar o credenciamento dos participantes das Etapas Estaduais/Distrital, a organização de listas de presença e demais documentos exigidos de cada etapa estadual/distrital.

Art. 9º Caberá à COE definir o responsável pela apresentação que trata o item IV do art. 6º deste Regulamento.

Art. 10. Os participantes credenciados da etapa estadual/distrital serão distribuídos pela COE em Grupos Temáticos que discutirão os subtemas da II CNT.

§ 1º Cada COE poderá optar por dois arranjos de distribuição dos delegados em Grupos Temáticos:

I - Composição de 4 (quatro) Grupos Temáticos, cada um discutindo exclusivamente 1 (um) subtema da II CNT; e

II - Composição de 2 (dois) Grupos Temáticos, cada um discutindo exclusivamente 2 (dois) subtemas da II CNT.

§ 2º A COE deverá indicar 1 (um) coordenador e 1 (um) relator para cada Grupo Temático constituído.

§ 3º Caberá ao Coordenador de cada Grupo Temático, consultados os delegados presentes, estabelecer a dinâmica do funcionamento do Grupo, o tempo de intervenção de cada participante, de modo a garantir a mais ampla participação.

§ 4º A participação de cada delegado(a), convidado(a) e observador(a) das Etapas Estaduais/Distrital fica limitada a um único Grupo Temático.

§ 5º Os relatores dos Grupos Temáticos deverão apresentar relatório descrevendo as atividades, os debates e as decisões adotadas pelo respectivo grupo.

§ 6º Cada Grupo Temático poderá consolidar 1 (uma) proposta por bancada (governo, trabalhadores e empregadores) e 1 (uma) proposta de consenso entre as bancadas para cada subtema analisado, totalizando 16 (dezesesseis) propostas por Etapa Estadual/Distrital.

§ 7º Cada bancada deverá apresentar a(s) respectiva(s) proposta(s) consolidada(s) exclusivamente no início da atividade dos Grupos Temáticos.

§ 8º As propostas das bancadas e de consenso entre as bancadas deverão conter, no máximo, 1000 caracteres para a proposta em si e 1000 caracteres para a respectiva justificativa, incluídos os caracteres especiais, espaços, pontos, vírgulas etc.

§ 9º O Documento-base da II CNT e o diagnóstico do mercado de trabalho apresentado pela OIT, serão documentos de referência para todas as Etapas Estaduais/Distrital.

§ 10. Nos termos do parágrafo único do art. 3º do Regimento Interno, as Etapas Estaduais/Distrital deverão observar o temário nacional.

Art. 11. A Plenária Final, coordenadas pelos presidentes das Etapas Estaduais/Distrital, analisará os relatórios dos Grupos Temáticos bem como as respectivas propostas das bancadas e de consenso.

§ 1º Todas as propostas das bancadas e de consenso oriundas dos Grupos Temáticos serão encaminhadas à etapa nacional, totalizando, no máximo, 16 (dezesesseis) propostas por cada Etapa Estadual/Distrital.

§ 2º Todas as propostas serão submetidas individualmente à Plenária Final das Etapas Estaduais/Distrital. Caso não se alcance consenso em relação a alguma proposta, esta será submetida à votação para definir se serão adotadas por ampla maioria, por maioria, ou por minoria, nos seguintes termos:

I - Serão consideradas adotadas por ampla maioria as propostas que alcançarem mais de 75% (setenta e cinco por cento) dos votos;

II - Serão consideradas adotadas por maioria as propostas que alcançarem entre 50% (cinquenta por cento) mais um e 75% (setenta e cinco por cento) dos votos; e

III - Serão consideradas adotadas por minoria as propostas que alcançarem até 50% (cinquenta por cento) dos votos.

Art. 12. Cada bancada poderá indicar um dos seus membros para encaminhar o debate de cada proposta submetida à votação, cada qual com tempo máximo de intervenção de 3 (tres) minutos, devendo ser observado, pela presidência de cada etapa estadual/distrital, o sistema de rotatividade na ordem das intervenções entre as bancadas de governo, trabalhadores e empregadores.

Art. 13. De forma a se garantir o tripartismo e a paridade no processo de deliberação, as bancadas governo, empregadores e trabalhadores das COE indicarão, dentre seus representantes credenciados a cada Etapa Estadual/Distrital os delegados com direito a voto conforme discriminado no Anexo III deste regulamento.

Parágrafo único. Cada entidade sindical de trabalhadores e empregadores indicada a exercer o direito de voto terá direito a 1 (um) único voto, com exceção dos Estados do Acre, Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins onde, por deliberação expressa da respectiva COE, as entidades sindicais de trabalhadores e empregadores indicadas a exercer o direito de voto poderão ter direito a até 2 (dois) votos.

CAPÍTULO VI

INDICAÇÃO DOS DELEGADOS PARA ETAPA NACIONAL

Art. 14. As delegações tripartites e paritárias das Etapas Estaduais/Distrital para a II CNT serão compostas por meio de indicação pelas respectivas bancadas de delegados de governo, trabalhadores e empregadores presentes a cada etapa por meio de metodologia livremente pactuada pelas bancadas, até o limite estabelecido pelo Anexo I - Quadro dos Delegados das Conferências Estaduais/Distrital para a II Conferência Nacional do Trabalho (vide art. 28 do Regimento Interno da II CNT).

